

Correio Sindical Mercosul

Serviço de Notícias -n.52

29 de outubro de 2000

Em defesa dos empregos no Mercosul

É preocupante a situação econômica em que estamos. Não apenas a semana passada trouxe mais nuvens ao céu com o agravamento da crise argentina, como também ficou patente o avanço da crise internacional : crise do euro, o preço do petróleo, o esfriamento da economia americana.

Nessa situação a proposta argentina de baixar a a TEC , a Tarifa Externa Comum, do Mercosul deve ser vista com muito cuidado . Nossos países (e nossos empregos) já sofreram muito com a rápida diminuição das tarifas de importação ocorrida nos ultimos anos . Essa concessão foi feita sem que recebessemos nada em troca .

Se baixas taxas garantissem emprego, o Chile que tem as menores tarifas externas não estaria às voltas com o desemprego como está agora : na Grande Santiago a taxa de desemprego está acima de 15% (de 18% na industria !).

Aproxima-se uma época de grandes negociações (e riscos) para o subcontinente : negociações na OMC, na Alca, com a União Européia . Por que então fazer mais concessões fora dessas negociações ?

Pode-se considerar a diminuição da tarifa para os bens de capital sem produção similar no bloco , mas nada mais que isto neste momento . Um mercado comum torna a questão do emprego interligada : desemprego na Argentina traz desemprego ao Brasil, e vice-versa. Mais emprego e produção na Argentina é mais emprego e produção no Brasil , Não há como fugir disso.

Fórum Social Mundial

Porto Alegre - 25 a 30/01/ 2001

<http://www.forumsocialmundial.org.br/>

é só clicar ➡ Índice

Movimento Sindical e Trabalho

Mercosul

Empresas e Setores

Relações Externas

Notas e Correspondências

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Ma. Silvia Portella de Castro- coord.
Daniel Campos - Argentina
Antonio Carlos P. Castro - Brasil
Antonio Pecci- Paraguay
Patricia Bouzas - Uruguay

✉ cesint@uol.com.br



<http://www.sindicatomercosul.com.br/>



MOVIMENTO SINDICAL E TRABALHO

Trabalhadores vão para Brasília a pé em busca do mínimo a R\$ 180

A partir de hoje (23.10) e por 40 dias, 150 sindicalistas vão percorrer a pé 1.015 km, entre São Paulo e Brasília, em busca do aumento do salário mínimo para R\$ 180.

A marcha é organizada pela Força Sindical e pelo deputado federal Luiz Antonio de Medeiros (PFL). O objetivo é pressionar o governo federal para o aumento do mínimo (hoje em R\$ 151) a partir de 1º de janeiro de 2001 e para obter o pagamento da correção dos saldos das contas do FGTS dos planos Verão e Collor 1.O cálculo é baseado no saldo das contas existente na época dos expurgos: janeiro de 89 (16,65%) e abril de 90 (44,80%). Os sindicalistas pedem o aumento argumentando que a economia do país está crescendo e que a inflação e o déficit público estão sob controle. "Por todas as cidades por onde passarmos, pretendemos manifestar as nossas reivindicações", afirmou Miguel Torres, coordenador da marcha. Fazem parte da manifestação trabalhadores sindicais de todas as categorias.

No Congresso, está tramitando um projeto de reajuste do mínimo em 5,57% para 2001 (para cerca de R\$ 160). Mas o presidente Fernando Henrique Cardoso já teria dado sinal verde para apresentar reajuste maior. *(Folha de São Paulo, 23.10.00)*

La Ministra de Trabajo escuchó reclamos de la CGT

La ministra de Trabajo, Patricia Bullrich, y los representantes de la CGT oficial -encabezados por Rodolfo Daer- coincidieron en la necesidad de buscar soluciones acordadas al desempleo, el trabajo en negro y los accidentes de trabajo, temas que formarán parte de una agenda de diálogo social en la que también intervendrán los empresarios.

A pesar de los enérgicos reclamos que hicieron los sindicalistas, que incluyeron un seguro de desempleo, Bullrich dijo que no notaba "un endurecimiento en la posición de la CGT respecto del diálogo que apenas empieza" y lo ejemplificó en que ellos "aceptaron participar de la reglamentación de la ley de reforma laboral".

Pero los sindicalistas trataron de no mostrarse contemplativos. Si bien Daer aceptó la situación de la ministra, que acaba de asumir en el cargo, aseguró que los temas "irresueltos hasta ahora ya habían sido hablados con el anterior ministro. El titular de la central obrera fue categórico: "Nos queda poco margen para contener los reclamos de los trabajadores. Esperamos respuestas del Presidente y que el Gobierno abandone sus peleas por espacios de poder para empezar a tomar decisiones de verdad".

Aunque Daer no lo aceptó directamente, la CGT acordó discutir la reglamentación de la ley laboral a pesar de que la afirmación del sindicalista de la alimentación de que la norma "es inaplicable porque carece de legitimidad política", a partir del escándalo de coimas en un Senado que la votó.

También aseguró que se reunirá el consejo directivo de la CGT para analizar la situación y, a manera de velada amenaza, dijo que "se convocará próximamente a un Comité Central Confederal -el máximo organismo deliberativo sindical- porque tenemos que dar respuestas al crecimiento del desempleo". *(La Nación, 24.10.00)*.

Petroleiros

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) quer promover uma greve de 13 a 17 do próximo mês, em protesto contra a proposta de reajuste salarial apresentada pela Petrobras. Os sindicatos vão analisar a proposta da FUP em assembleias que serão realizadas de amanhã até a próxima terça-feira. A Petrobras ofereceu um reajuste de 5% e um adiantamento de 1,3

salário- base, relativo à participação nos lucros. Os petroleiros, que têm data-base em setembro, reivindicam reajuste de 9,21%, mais 39,75% relativos às perdas acumuladas desde o Plano Real, além de 13,85% por produtividade. (*Valor Econômico*, 24.10.00)

Uruguay : habrá otro paro en las escuelas

El viernes 10 de noviembre los maestros y trabajadores de la educación Primaria realizarán paro, dado que no están conformes con el presupuesto aprobado por la Cámara de Diputados para el sector, en tanto que los docentes de Secundaria definirán la próxima semana si se suman a la medida. Los trabajadores de UTU aprobaron un paro de 24 horas al que aún no le pusieron fecha.

La Federación Uruguaya de Magisterio y Trabajadores de Educación Primaria (FUM-TEP) explicó en un comunicado que resolvió convocar a un paro nacional porque “los artículos que refieren a la Anep (Administración Nacional de Educación Pública) no implican aumentos salariales ni de inversiones ni de gastos de funcionamiento”, porque “los compromisos de alcanzar el 4,5% del PBI (para la educación), formulados por los partidos que apoyaron la candidatura de Jorge Batlle el 9 de noviembre, quedaron incumplidos” y porque “el mensaje del Poder Ejecutivo, lejos de mejorar la participación de la Anep en el PBI, propone su caída al cabo del quinquenio”.

MAS PRESUPUESTO. Vea <http://www.sindicatomercosul.com.br> en “**Noticias Anteriores**” .

Trabalhadores rurais acampam em frente à sede do BB em Brasília

Cerca de 300 trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) acamparam, na madrugada de ontem, em frente à sede do Banco do Brasil em Brasília (DF), em protesto contra o não cumprimento, pelo Governo Federal, dos acordos feitos durante o Grito da Terra Brasil 2000, realizado em maio. São agricultores vindos de assentamentos e acampamentos do Distrito Federal e Entorno.

Manifestações como esta devem mobilizar cerca de 100 mil trabalhadores em frente às agências dos bancos oficiais e das superintendências do Incra. Pode haver ocupações das agências, caso o impasse se prolongue.

Durante o Grito da Terra, o Governo Federal prometeu a liberação de R\$ 4,24 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ocorre que somente R\$ 2,88 bilhões foram efetivamente disponibilizados para os bancos. Para piorar a situação, o Banco do Brasil já avisou que vai deixar de operar com R\$ 1,12 bilhão que deveria atender aos contratos de crédito/investimento do grupo C do Pronaf. O BB alega que não pode mais operacionalizar “créditos de risco”.

Os agricultores familiares cobram também do Governo a renegociação das suas dívidas, atendendo ao acerto feito durante o Grito da Terra. O ministro do Desenvolvimento Agrário alega que as renegociações já podem ser feitas, mas os bancos se negam a fazê-las enquanto não for definido quem cobrirá a equalização dos juros. (*Agência CUT Notícias*, 25.10.00)

Governo cede e Contag suspende manifestações

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário chegaram a um acordo ontem, às 20h, depois de dois dias de manifestações de trabalhadores rurais em 18 estados brasileiros. A reunião ocorreu no gabinete da Secretaria Nacional do Pronaf, com a presença do secretário nacional, Nelson Borges, e do presidente da Contag, Manoel dos Santos, além de representantes de diversas federações de trabalhadores na agricultura filiadas à Confederação e do Banco do Brasil.

Os trabalhadores rurais exigiram do governo o cumprimento dos acordos firmados durante o Grito da Terra Brasil 2000, realizado em maio deste ano, principalmente no que diz respeito à liberação do total dos R\$4,24 bilhões para o Pronaf, o início das operações de crédito investimento e da renegociação das dívidas dos trabalhadores.

Na reunião, o Governo Federal se comprometeu a liberar o valor total dos recursos junho do ano que vem, iniciar, a partir do dia 5 de novembro, as operações de crédito de investimento

do grupo C do Pronaf e publicar a portaria de equalização da renegociação das dívidas. Aliás, até o dia 5, o governo promete publicar todas as portarias necessárias ao andamento das negociações de créditos do Pronaf.

A liberação do restante dos recursos será feita em etapas, respeitando o calendário agrícola das diversas regiões brasileiras. Este ano, a Contag está decidida a acompanhar todo o processo de liberação, para garantir que a totalidade dos R\$4,24 bilhões chegue às mãos dos trabalhadores. Isto porque, no ano passado, do total de R\$3,6% previstos foram aplicados apenas 61% dos recursos destinados ao custeio, 16,98% do crédito relativo ao investimento do grupo C e 37,93% do Grupo D. “Desta vez, os trabalhadores vão estar acompanhando todo o processo para ter certeza de que o governo aplique a totalidade dos recursos”, disse Manoel. (*Agencia CUT Noticias, 26.10.00*)

El PIT-CNT definió sus representantes

El PIT-CNT propondrá a Ariel Ferrari como representante titular de los trabajadores en el directorio del Banco de Previsión Social (BPS) y que el actual director Ernesto Murro pase a acompañarlo como su suplente.

El dirigente Eduardo Fernández (bancario), informó a El País que en la Mesa Representativa Nacional Ampliada del lunes se “ratificó” la propuesta de que el titular en el directorio del BPS por el sector obrero sea Ferrari, quien ya integra el equipo que representa a los trabajadores.

La manera en que serán nombrados los representantes sociales en el directorio del BPS aún es incierta.

Una ley de 1992 determinó que los representantes de los afiliados activos, afiliados pasivos y de las empresa contribuyentes surgirían de elecciones directas (hasta el presente sólo se eligió de esa forma, una vez, al representante de los pasivos).

Sin embargo, el gobierno envió recientemente un proyecto de ley al Parlamento que establece que los representantes de los trabajadores y las empresas “serán designados por el Poder Ejecutivo a propuesta de las organizaciones más representativas que los nuclean”, las que “elegirán un titular y triple número de suplentes”. El proyecto permanece aún en una comisión de la Cámara de Diputados.

Mientras, la Corte Electoral dispuso la elección directa de los representantes de los tres órdenes para el domingo 25 de marzo de 2001. (*El País, 23.10.00*)

3ª Plenária Nacional da CCT reúne mais de mil dirigentes sindicais

Mais de 60 sindicalistas do Grupo Turismo e Hospitalidade participaram da 3ª Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais, promovido pela Coordenação Confederativa de Trabalhadores - CCT, em Brasília, nos dias 5 e 6 de setembro. O evento contou com a presença de cerca de 1400 sindicalistas de todo o País. A Plenária, que de pé homenageou Getúlio Vargas e Barbosa Lima Sobrinho, debateu e deliberou sobre Reforma do Judiciário e Estrutura Sindical, Jornada de Trabalho, Reforma Tributária e Sistema Financeiro e Reforma Política.

Entre os palestrantes convidados, o advogado trabalhista e diretor técnico do DIAP, Ulisses Riedel, e o professor da Unicamp, Márcio Pochmann. Além da “Carta de Brasília”, um manifesto político da Plenária, os sindicalistas aprovaram a criação da Comissão Nacional de Mulheres da CCT e um “Plano de Lutas” com 32 itens, cuja íntegra publicamos a seguir.

O documento político da Plenária, a “Carta de Brasília”, a) apresenta o diagnóstico de que “Nunca o mundo do trabalho teve de enfrentar desafios e ameaças como os ataques com que a mundialização e o neoliberalismo nos golpeiam todo dia”, b) aponta o modelo de exclusão, representado pelo desemprego, miséria e fome de bilhões de pessoas no mundo, c) denuncia o desmonte da estrutura sindical, dos direitos trabalhistas e da Justiça do Trabalho, em particular a extinção da representação paritária, muitas vezes “com respaldo e adesão de alguns parlamentares de esquerda e de sindicalistas comprometidos com as verbas do FAT”, d) defende a unicidade sindical, a contribuição sindical, o acesso à justiça sem interferência do patrão e o respeito ao sistema confederativo, além, e) de conclamar a todos à luta, à

resistência, para provar “com nossas palavras e com nossa prática que a política é a arte de tornar possível o que eles dizem que é impossível”. (*Contratuh Informa*, outubro, 2000)

A integra do “Plano de Lutas” aprovado na reunião pode ser encontrado em :

<http://www.contratuh.com.br/informe1000/info1.htm#mat4>

Reelección en la UOM

El veterano dirigente metalúrgico Lorenzo Miguel revalidó su liderazgo en la Unión Obrera Metalúrgica (UOM) al conseguir que el colegio electoral del gremio, con mayoría de su sector, lo reeligiera como secretario general.

La lista opositora, encabezada por los dirigentes Carlos Gdanzky y Naldo Brunelli, sólo logró imponer tres representantes de los once que lo conforman

Lorenzo Miguel impuso su mayoría en el congreso del gremio y fue consagrado por séptima vez consecutiva como titular de la Unión Obrera Metalúrgica, aunque la opositora lista José Rucci había advertido que le daría pelea.

A pesar de su delicada salud y del desgaste por sus 30 años de liderazgo, su simple presencia en las largas negociaciones posibilitó que designará a su virtual sucesor.

Gdanzky y Brunelli tenían asegurados 67 electores de los 231 que integran el congreso, pero en caso de dar batalla hubiesen sumado a la seccional San Martín (15 electores), a Morón (6), a los 3 de Villa Constitución y a otras menores. Pero, al aceptar tres cargos, perdieron la posibilidad de avanzar en la grilla gremial metalúrgica.

De esta forma, Gdanzky fue designado protesorero; Brunelli, secretario administrativo, y Angel Recúpero (Campana) como secretario de Estadísticas y Análisis.

Como secretario adjunto fue designado nuevamente Luis Guerrero. La fórmula que integra con Miguel obtuvo 208 votos. (*La Nación*, 25.10.00).

Renda básica, conquista das mulheres

O Brasil é um dos países em condições de adotar uma política de renda básica universal nos próximos 10 anos, impulsionado, principalmente, pela força social das mulheres, que são as mais pressionadas pela necessidade de aceitar trabalhos indignos e de baixa qualidade. A afirmação é do inglês Guy Standing, diretor da área de segurança sócio-econômica da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que participou nesta quarta-feira, 24, da mesa-redonda “Política social e renda cidadã”, no segundo dia da 24ª Reunião Anual da Anpocs, que acontece em Petrópolis (RJ).

“Se todos tiverem renda básica garantida, terão também o poder de dizer não a um trabalho que não seja digno, e as mulheres pobres são as que mais experimentam esta situação”, afirma. Para Standing, só a renda básica vai impedir que a política social seja utilizada para controlar as pessoas. “Este é o maior problema da política paternalista que ainda se pratica no Brasil”, diz o economista, que acompanha a política social brasileira desde 1996.

Um dos seus principais interlocutores é o senador Eduardo Suplicy (PT), defensor da renda mínima. As propostas de Suplicy e Standing, no entanto, têm duas diferenças fundamentais: para Standing, a renda cidadã deve ser estendida a todas as pessoas, independente de condição social, enquanto Suplicy defende a renda mínima de R\$ 240,00 para todos, sendo que o Estado complementaria apenas 30% do necessário para atingir este valor.

A tese de Standing tem sido difundida na Europa pelo Bien (Basic Income European Network), instituição da qual o senador Eduardo Suplicy também faz parte. Neste momento, o objetivo de Suplicy é trazer o Bien para o Brasil e transformá-lo numa rede internacional de defesa da renda básica. “Estamos considerando a mudança porque acreditamos que, no mundo inteiro, a liberdade é a condição para a democracia do futuro”, diz. (*No*, 25.10.00)

[regressar](#)



Brasil descarta proposta argentina de baixar tarifa

O governo brasileiro não aceita reduzir para 10% a tarifa comum de importação do Mercosul sobre todos os bens de capital, como propôs a Argentina na segunda. A redução atingiria veículos, produtos petroquímicos, de telecomunicações e informática, que, no Mercosul, produzidos principalmente pelo Brasil.

O governo considera que existem setores que ainda precisam ser relativamente protegidos pela tarifa de exceção de 35% e quer discutir proposta que defenda os interesses da indústria brasileira.

Em encontro com o presidente argentino, Fernando de La Rúa, ontem, em Madri, o presidente Fernando Henrique Cardoso disse que uma redução dessa forma seria mais complicada para o Brasil. Os detalhes das negociações, porém, foram delegados a assessores, que tratarão do tema numa futura reunião. “Os passos que vão ser dados dependem de a nossa taxa de juros estar mais competitiva a nível internacional. Não podemos de repente aceitar condições que possam dificultar o desenvolvimento industrial do Brasil. Mas há espaço para negociação, os argentinos sabem disso”, disse Fernando Henrique, em entrevista.

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, afirmou que a indústria nacional ainda sofre com juros elevados, uma estrutura tributária complexa e o chamado Custo Brasil. Uma redução de tarifas para todos os setores, que têm diferentes graus de competitividade, teria impactos variados sobre o emprego.

“O Brasil não aceita reduzir de 35% para 10% as tarifas em setores sensíveis, bens que o Brasil produz. No caso dos automóveis, já vimos esse filme há seis anos”, disse o ministro, numa referência ao estouro da balança comercial, quando as importações de automóveis explodiram graças à redução drástica de tarifas.

Também não seria conveniente baixar tarifas antes de negociações internacionais, como a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), um acordo com a União Européia e nova rodada na Organização Mundial de Comércio. “Se já tivermos feito uma redução geral, linear, entramos com posição enfraquecida nas negociações”, afirmou. (*Valor Econômico*.27.10.00)

Cumbre del Mercosur a fines de mes

El ministro de Economía, José Luis Machinea, participará de un encuentro con sus pares del Mercosur para intentar avanzar en la convergencia macroeconómica y reducir el escenario de volatilidad financiera.

Machinea dijo a La Nación que en la cumbre se difundirán las estadísticas de deuda de cada uno de los países del bloque regional, que fueron armonizadas. Luego se avanzará en el mismo proceso para otros indicadores fiscales y de precios, agregó el ministro, que el lunes viajará a esta cumbre en Río de Janeiro junto al asesor para temas del Mercosur, Guillermo Rozenwurcel.

El ministro admitió que el avance en el proceso de convergencia será un buen antídoto para reducir la volatilidad de la región, como la que esta semana provocó cruces de acusaciones entre la Argentina y Brasil por la caída de las bolsas.

El ministro de Hacienda del Brasil, Pedro Malan, expresó su confianza en una recuperación económica de la Argentina. "La incertidumbre forma parte del mundo en que vivimos. Confío en que así como nosotros, ellos superarán sus problemas y desafíos", dijo el ministro en un seminario sobre "Reevaluación del riesgo Brasil", en Río de Janeiro. (*La Nación*, 28.10.00)

O Chile, mais próximo do bloco econômico

As dificuldades são muitas, mas aparentemente nada é insuperável. É com esse espírito que diplomatas do Mercosul e do Chile voltam a se reunir nos dias 14 e 15 de novembro, em Santiago, para mais uma rodada de negociações sobre o ingresso do país andino no bloco econômico como membro pleno. Em reunião na semana passada em Montevideu, houve avanço nas negociações, segundo avaliação de fontes do governo brasileiro. Isso porque a partir de agora passa-se a trabalhar com um texto comum, embora com muitos pontos divergentes.

A principal dificuldade refere-se à Tarifa Externa Comum (TEC) e às negociações comerciais com terceiros países. Na reunião de cúpula de junho último, em Buenos Aires, os presidentes dos cinco países (dos quatro do Mercosul mais o Chile) já haviam indicado a intenção política, necessária para as negociações, mas mesmo assim é preciso realismo. Enquanto o Chile abriu sua economia ao mercado externo há mais de 20 anos, por exemplo, o Brasil só passou a adotar essa política a partir de 1990. Além disso, a estrutura tarifária do Mercosul é oposta à adotada pelos chilenos.

O Chile tem uma tarifa linear de 9%, com exceções, e está em processo de redução de um ponto percentual, a partir deste ano, para chegar a 2003 com 6%. O Mercosul, por sua vez, tem tarifa modal de 14%, em média, com várias exceções. Os membros do bloco têm baixas tarifas para insumos e aplicam as mais altas para os industrializados, já que dispõem de parque industrial relativamente avançado, ao contrário do Chile, que importa a maior parte dos produtos industrializados que consome. A convergência dessas estruturas para a Tarifa Externa Comum do Mercosul é um dos desafios centrais para os negociadores, afirma a advogada e consultora de comércio exterior, Angela Teresa Estrella, do escritório Tozzini, Freire, Teixeira e Silva, de São Paulo. (*Gazeta Latino-americana*, 23.10.00)

Desempleo en Gran Santiago alcanzó 15,0%

A un 15,0% alcanzó la tasa de desocupación en el Gran Santiago durante septiembre del 2000, lo que representa un incremento de 0,6 puntos porcentuales respecto de la medición de junio del 2000, cuando se registró un 14,4%, informó hoy el Departamento de Economía de la Universidad de Chile.

Conforme a los resultados de la Encuesta de Ocupación y Desocupación en el Gran Santiago, este resultado refuerza la tendencia negativa que ha experimentado la desocupación durante el año y "desvirtúa la expectativas que se tenían a comienzos del mismo respecto de la recuperación de la situación del empleo".

De esta manera, la persistencia del desempleo está relacionada con una muy débil recuperación de la capacidad de generación de empleos de la economía, al tiempo que refuerza el deterioro que ha registrado la situación de la desocupación a lo largo del año.

Finalmente, indicó que las cifras muestran que la mayor tasa de cesantía se presenta en el sector Construcción (29,3%), e Industria Manufacturera (18,0%), rubros donde la desocupación se ha incrementado notoriamente a lo largo del año.

En tanto, la tasa de desempleo permanece relativamente estable en el Comercio (10,6%), Servicios de Gobierno y Financieros (10,3%), Servicios Personales y de los Hogares (10,7%), Servicios Comunes y Sociales (8,3%) y Transporte, comunicaciones y Servicios de Utilidad Pública (10,5%) (*El Mercurio online*, 26.10.00)

Acordo da TEC sai em 15 dias, diz Tápias

O governo deve chegar a um acordo com a Argentina, até 15 de dezembro, em torno de uma política comum de tarifas reduzidas para importação de máquinas e equipamentos industriais - os chamados bens de capital. O anúncio é do Ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias. "Já temos discutido a tarifas externa comum para bens de capital, e devemos ter, nos próximos dias, uma posição sobre isso, que dependerá, ainda de consultas ao Paraguai e ao Uruguai", comentou o ministro. No fim deste ano, termina no país a chamada lista de ex-tarifários, bens de capital sem similares nacionais que têm a tarifa de importação reduzida, de 18% para 5%. Tápias quer firmar com os países do bloco uma lista única de máquinas e equipamentos, que seria aprovada na reunião de cúpula do Mercosul, em 15 de dezembro. "Parte dessa discussão já está nas medidas que o governo argentino anunciou, de estímulo à economia deles", disse o ministro, que, assim como o ministro da Fazenda, Pedro Malan, recebeu, nesta semana, um telefonema do ministro da Economia argentino, José Luis Machinea, para informá-lo sobre o pacote de medidas do governo vizinho destinado a enfrentar a crise econômica naquele país. O pacote argentino inclui a proposta de reduzir a tarifa externa comum - hoje de 20% em média - em três pontos percentuais por ano, e de baixar para 10% a tarifa externa para bens de capital, informática e telecomunicações. (*Valor Econômico*, 26.10.00)

Relações entre Mercosul e África do Sul

A ausência de conhecimento mútuo entre os países do Mercosul e as nações do Sul da África é o primeiro obstáculo a ser vencido para que as relações comerciais entre as duas regiões deslanchem. Essa foi uma das principais conclusões da II Conferência Executiva Mercosul - SADC (Southern Africa Development Community) , que terminou ontem em São Paulo.

Do encontro, participaram empresários, diplomatas e pesquisadores de vários países africanos e do Mercosul. Seu principal objetivo foi o de identificar formas de incrementar o comércio e os investimentos, além de acordos culturais e educacionais. "Uma decisão como essa não envolve somente aspectos econômicos, mas também políticos", afirmou o presidente do Conselho de Empresários da América Latina (Ceal), Roberto Teixeira da Costa. Para Teixeira da Costa, a "África representa um caminho natural de comércio com o Mercosul, pois possui um enorme potencial de crescimento e desenvolvimento".

Em dezembro, Brasil e África do Sul devem assinar um acordo bilateral, que visa incentivar o comércio entre os dois países. O tratado foi proposto em março pelo chanceler brasileiro Luis Felipe Lampreia.

A SADC é formada por 14 países com população total de 190 milhões de habitantes e mercado anual calculado em US\$ 180 bilhões. São números bem menores que os do Mercosul, cujos membros efetivos (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), somados aos associados Chile e Bolívia, têm população de 210 milhões e um mercado de US\$ 1,25 trilhão. Apesar da diferença de dimensões comerciais, Teixeira da Costa acha que a integração tem uma importância estratégica muito grande. "Dentro das prioridades da Alemanha, por exemplo, a África vem em primeiro lugar, o leste europeu em segundo e o Mercosul em terceiro", conta. (*Estado de São Paulo*, 26.10.00)

Seminario MERCOSUR Unión Europea

A casi un año del inicio de las negociaciones en Bruselas entre el Mercosur y la Unión Europea (UE) en torno del acuerdo de asociación interregional suscripto en 1995, persiste la duda de si se trató sólo de un gesto diplomático para buscar un contrapeso del Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA) o si efectivamente se prevé avanzar en una mayor liberalización del comercio entre ambos bloques. Sin embargo, funcionarios de ambas uniones aduaneras ratificaron su compromiso y se mostraron optimistas de que para 2010 pueda lograrse una liberalización casi total del intercambio. No obstante, reconocen temas espinosos que deberán solucionarse previa puesta en marcha del convenio: los subsidios de la UE al agro y los altos

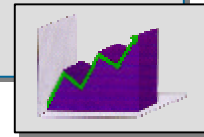
derechos de importación del 14% del Mercosur para los productos manufacturados contra un 4% de los países europeos. Esta situación pudo apreciarse en el seminario "Mercosur-Unión Europea: limitaciones y oportunidades de una alianza estratégica", que se desarrolló la semana última en el hotel Claridge y fue organizado por la Oficina de Prensa e Información del gobierno alemán.

El funcionario del Ministerio de Relaciones Exteriores de la Argentina, Eduardo Sadous, aseguró que los subsidios de la UE al agro son la "principal distorsión que perjudica la equidad" en el comercio entre ambos bloques. En este sentido, destacó que el comercio entre América latina y la UE ronda anualmente los US\$ 85.000 millones y los países europeos obtienen un superávit de US\$ 15.000 millones.

Los funcionarios de ambos bloques coincidieron en que las negociaciones de liberalización del comercio entre la UE y el Mercosur deben ser encaradas por los países teniendo en cuenta los beneficios que entrañan en sí mismas. *(La Nación, 24.10.00)*

[regressar](#)

EMPRESAS E SETORES



El cobre chileno busca una salida

La compañía estatal chilena Codelco, la empresa de cobre más grande del mundo, acaba de perder ante el grupo minero inglés Billiton la pelea para quedarse con el control de Rio Algom, una firma canadiense con intereses en Perú, Argentina y Chile.

Juan Villarzu, CEO de Codelco, dice que estaba y aún está muy interesado en ingresar en Perú y Rio Algom hubiera sido un buen vehículo para conseguir una participación en la prometedora mina de Antamina en ese país. Pero su decisión de no aumentar su oferta reforzó su reputación local de prudencia fiscal.

"Como compañía estatal debemos mostrar cautela financiera. El hecho de no hacer una oferta mejor mostró que somos muy disciplinados", explicó Villarzu. Al igual que la mayoría de las compañías mineras grandes, Codelco desea aumentar su alcance global. Es dueña de cerca del 20% de las reservas de cobre del mundo y los costos de extracción son relativamente bajos. Codelco está lejos de pasar a manos privadas, porque la misma Constitución señala que es una empresa estatal. El 10% de sus ingresos por exportaciones se destinan a las fuerzas armadas de Chile.

Las inversiones en el exterior surgen como una necesidad, ya que el programa de inversiones internas no puede superar los 3.600 millones de dólares. El gobierno teme que una cifra superior desequilibre a la economía chilena. Por eso tiene en vista los mercados de Perú, México, Argentina y Brasil. Su estrategia parece ser asociarse con compañías que no tengan una posición dominante en el mercado de la producción de cobre. *(Clarín, 23.10.00)*

Empresas do Canadá temem sanção ao Brasil

Empresários canadenses e brasileiros estão preocupados com a possível deflagração de uma guerra comercial entre o Brasil e o Canadá. Trocam informações sobre estratégias para evitar a imposição de sanções pelo Canadá ao Brasil. Executivos ouvidos por este jornal são contrários às sanções e acham injusto que um problema entre duas empresas - Bombardier e Embraer - prejudique seus negócios.

Antecipar importações do Brasil, como forma de driblar o pagamento de uma tarifa mais alta no futuro, é uma das medidas que já vêm sendo tomadas. Substituir o fornecedor brasileiro por um canadense também é uma opção estudada. Mas o que está preocupando seriamente grandes empresas no Canadá é como o governo brasileiro irá tratá-las, em especial em licitações ou concessão de financiamentos, caso Ottawa decida punir o Brasil. O conflito

comercial entre Brasil e Canadá, envolvendo as fabricantes de aeronaves Bombardier e Embraer, já dura quatro anos, mas parece ter atingido, agora, seu ponto mais crítico, com o governo canadense afirmando que sua paciência está no limite. A falta de um acordo pode levar à deflagração de uma guerra comercial, com imposição de sanções contra o Brasil. Essa tensão diplomática aparece numa péssima hora já que, em abril de 2001, o Canadá será anfitrião de uma nova cúpula dos chefes de Estado das Américas e o Brasil é considerado um fator-chave na negociação da Área de Livre Comercio (Alca).

Essa relação conflituosa não impede que o governo canadense saiba exatamente o que quer do Brasil quando o assunto é Alca. Segundo um funcionário de alto escalão do Ministério de Relações Exteriores e Comércio Internacional do Canadá, a prioridade é obter maior acesso ao mercado nacional para os produtos canadenses. (*Gazeta Mercantil*, 25.10.00)

Bombardier vem fabricar trens no Brasil

A canadense Bombardier vai produzir trens no Brasil. A Bombardier Transportation, braço ferroviário da arqui-rival da Embraer, acaba de firmar 'joint venture' com a empresa paulista T'Trans, do grupo Pem Setal. A multinacional vai iniciar sua produção nas instalações da fábrica da Santa Matilde, no Rio de Janeiro, arrendada pela T'Trans para realizar reformas de carros ferroviários de passageiros.

Com a parceria, a Bombardier quer garantir espaço no mercado local, antes mesmo de um acordo final no contencioso entre Brasil e Canadá, por causa de subsídios à indústria aeronáutica. Serge Van Themsche, diretor internacional de marketing da Bombardier Transportation, diz que o foco da companhia será o de trens de passageiros, podendo, posteriormente, partir para o de cargas.

O acordo prevê a criação de uma nova empresa para atuar globalmente no mercado brasileiro. As primeiras negociações entre as duas companhias foram iniciadas há aproximadamente um ano, conta o presidente da T'Trans, Massimo Giaviana Bianchi. (*Gazeta Mercantil*, 27.10.00)

Se confirma compra brasileira en la industria siderúrgica

La siderúrgica brasileña Belgo-Mineira adquirió ayer el 20% de Acindar (la mitad del paquete de control), con una inyección de capital que oscilará entre 75 y 100 millones de dólares.

El memorándum de entendimiento entre las dos empresas contempla una compleja operación financiera para concretar el pago. Pero el efecto inmediato será el alejamiento del fantasma del "default" que sobrevoló en los últimos meses sobre la siderúrgica de la familia Acevedo. "Con esta operación se reduce significativamente el riesgo financiero de la empresa", subrayó Darío Lizzano, analista del banco Río-Santander.

El otro efecto es que la familia Acevedo deberá ceder la mitad de su control sobre la empresa, que es del 40% del paquete accionario.

Acindar facturó 490 millones de dólares en 1999 y tiene una deuda de 380 millones de dólares. La deuda de corto plazo es de 125 millones y le exigía renovaciones cada vez más caras, con tasas que llegaron al 15% anual.

Con una facturación superior a los US\$ 1.000 millones, la Belgo-Mineira es la única siderúrgica brasileña que no tenía un pie en la Argentina. Según el memorándum, suscribirá una emisión de 46 millones de nuevas acciones de Acindar a un precio todavía no establecido, pero que oscilará entre 1 y 1,5 peso por acción. También aportará fondos para un bono que se usará para refinanciar deuda de corto plazo. (*Clarín*, 24.10.00)

Fanapel compró Celulosa Argentina

La Empresa uruguaya Fanapel adquirió el 82% del capital accionario de la compañía papelera Celulosa Argentina SA mediante un contrato de transferencia de acciones que establece un precio variable en función de las utilidades generadas por la empresa de la vecina orilla en los próximos siete años.

Estas ganancias se verán potenciadas por un proyecto de inversión de US\$ 35 millones tendente a incrementar la capacidad productiva del nuevo grupo corporativo, que al comienzo elaborará 115 mil toneladas de papel y facturará US\$ 145 millones al año. Mediante un holding especialmente creado para la operación, Fanapel adquirió el porcentaje mayoritario de acciones de Celulosa que estaba en poder de la Corporación Inversora de Capitales, perteneciente a Citigroup.

El plan de negocios de Fanapel para los próximos siete años, abarcará inversiones destinadas a mejorar el volumen, la calidad y la rentabilidad de la producción de pulpa y papel. El programa también incluirá una serie de iniciativas destinadas a mejorar aspectos comerciales y logísticos de Celulosa Argentina.

Para la empresa uruguaya, el acuerdo implicará agregar a su actual nivel de producción —que es de 54 mil toneladas de papel por año— el de Celulosa, que asciende a 61 mil toneladas. Además, la capacidad conjunta de producción de celulosa será de 130 mil toneladas anuales, con una ampliación prevista dentro de las inversiones proyectadas a más de 160 mil toneladas. El grupo facturará US\$ 145 millones al año, como resultado de la adición de US\$ 65 millones de la empresa uruguaya y de US\$ 80 millones de la argentina. (*El Observador* 24.10.00)

GM planeja reduzir a produção em até 30%

O diretor de relações sindicais da General Motors, Edson Vaz, comunicou ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul que a empresa vai reduzir a produção em até 30% nas três unidades paulistas -Mogi das Cruzes, São Caetano e São José dos Campos- a partir de novembro. O secretário-geral do sindicato, Irapuã dos Santos Serdas, disse que o motivo alegado por Vaz foi a retração das vendas.

A GM confirmou o encontro entre o diretor e sindicalistas, mas informou que o ritmo da produção em novembro ainda não foi definido. A montadora não quis comentar se houve retração nas vendas.

Os cerca de 15 mil trabalhadores da GM no Estado também terão férias coletivas de 18 de dezembro a 8 de janeiro. Serdas disse que as férias estavam programadas desde o início do ano. As fábricas de São Caetano e São José produzem a linha Corsa, que tem mais de 1 milhão de unidades passando por um "recall".

A fábrica que sofrerá o maior corte, segundo o sindicato, é a de São José dos Campos, que monta toda a linha Corsa, com exceção do Corsa Wagon, que é importado da Argentina. Da linha de montagem da GM de São José saem 42 unidades do Corsa por hora. Em São Caetano, são oito Corsas/hora. A GM de Gravataí (RS), responsável pela montagem do Celta, não será afetada.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Luiz Carlos Prates, disse que não acredita na redução da produção. Segundo ele, a montadora fechou, há um mês, um acordo para pagar quatro horas extras por semana para os empregados da unidade de São José. (*Folha de São Paulo*, 24.10.00)

El Gobierno les perdonará impuestos a las automotrices

El Gobierno les dará a las automotrices incentivos impositivos y flexibilizará las exigencias del régimen automotor para que las fábricas realicen una producción integrada con los autopartistas que estén en la Argentina.

El drástico cambio de posición fue anunciado por el secretario de Industria, Javier Tizado, quien de ese modo se puso en línea con los anuncios realizados el lunes por el ministro José Luis Machinea.

Tizado mantuvo esta semana una sucesión de reuniones con representantes de las automotrices y con funcionarios del gobierno brasileño. "Tuve once reuniones con el embajador brasileño del Mercosur José Botafogo Gonalves, y con el secretario de Industria de Brasil, Reginaldo Arcuri", precisó Tizado. "Y juntos acordamos ponernos del mismo lado del mostrador para dialogar con las automotrices, que son las mismas empresas, estén del lado brasileño o del lado argentino". (Clarín, 27-10).

Sobre el acuerdo automotor del Mercosur, Tizado anunció que la semana próxima comenzará una tarea de medición del porcentaje de autopartes de los modelos de cada firma argentina. Fuentes del sector deslizaron que las cámaras argentinas y brasileñas de terminales y autopartes están en contra del diálogo por empresa. (*La Nación*, 27.10.00) .

Uruguay - Argentina : reunión de conciliación por bicicletas

El ministro interino de Industria, Energía y Minería, Mario Curbelo anunció que el próximo jueves tendrá lugar en Buenos Aires la primera reunión de conciliación entre Uruguay y Argentina por el diferendo sobre bicicletas.

El encuentro supone la puesta en marcha del mecanismo de solución de controversias del Mercosur, que Uruguay accionó para intentar revertir las trabas impuestas por Argentina a la exportación de bicicletas fabricadas por la empresa Motociclo.

Curbelo informó ayer, tras la firma de los acuerdos semanales con el Presidente de la República, que representantes de los Ministerios de Relaciones Exteriores, Economía e Industria vienen preparando toda la documentación para esa instancia.

También subrayó que, por encima del problema puntual que se le creó a la empresa Motociclo, Uruguay está interesado en que se respeten los acuerdos del Mercosur.

“Estos episodios no le vienen bien a nadie y lo que queremos dejar en claro frente a la Argentina, es que cuando se establecen y se firman acuerdos, esos acuerdos deben ser cumplidos y no pueden ser interrumpidos unilateralmente por una de las partes, en una decisión que no tiene fundamentos jurídicos ni políticos”, dijo el ministro interino. (*El País*, 27.10.00)

MCI esvazia Embratel e minoritários norte americanos protestam

Os acionistas minoritários norte-americanos da Embratel preparam-se para entrar com um processo na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) brasileira contra a MCI. Motivo: a decisão da MCI de instalar no Brasil a UUUNet, o seu braço voltado para a transmissão de dados via Internet. O temor dos minoritários norte-americanos é o esvaziamento que essa medida pode provocar na Embratel, uma vez que a UUUNet poderá se transformar numa concorrente da empresa. A denúncia foi feita ao Sinttel/Rio por e-mail.

Os norte-americanos justificam seu temor apontando a reação espontânea do mercado à operação. Em menos de um mês as ações da Embratel caíram de R\$ 45,00 para R\$ 30,00. Contribuiu para a debandada dos investidores os relatórios dos bancos Credit Lyonnais e Credit Suisse, datados de 14 e 29 de setembro, afirmando que a vinda da UUUNet teria impacto negativo sobre o desempenho da Embratel.

A decisão da MCI também se justifica com o fato de que ela detém apenas 20% do capital da Embratel, enquanto é dona de 100% da UUUNet, ou seja, na exploração do serviço de transmissão de dados via Internet ficaria com os lucros sozinha, sem ter que dividir um tostão com ninguém. Esse serviço representava, no ano passado, 18% da receita da empresa e, hoje, já são cerca de 22% ou o equivalente a R\$ 1,5 bilhão por ano.

A briga com os minoritários norte-americanos, portanto, promete ser quente. Ao contrário do que acontece no Brasil, esses acionistas não são raia miúda, mas fundos e tesourarias dos principais bancos internacionais.

Nessa briga de cachorro grande quem perde mesmo é o Brasil, que vendeu uma de suas empresas mais lucrativas e assiste agora ao seu sucateamento. (*Agência CUT Notícias*, 24.10.00)

La aftosa finalmente entró a Uruguay

Los exámenes realizados en Brasil confirmaron que los animales de un establecimiento rural de Artigas estaban infectados de fiebre aftosa. Los expertos del Ministerio de Ganadería (MGAP) ya habían adelantado que era casi un hecho la presencia de la enfermedad, de la que no había rastros en el país desde hace 10 años.

El gobierno ya había suspendido las exportaciones de carne y tenía expectativas de que se pudiera colocar las partidas que salieron hacia el exterior, pero el embajador uruguayo en Canadá anunció que el gobierno de ese país retuvo los depósitos aduaneros de los embarques provenientes de Uruguay.

Respecto de Estados Unidos la información que circuló ayer fue contradictoria: mientras que el embajador estadounidense en Montevideo, dijo que su país no suspenderá las compras si no se detectan nuevos focos de aftosa, un experto del Servicio de Inspección de Salud Animal declaró que Washington prohibió la compra de carne uruguaya.

Asimismo se informó que desde el lunes 23 el gobierno también suspendió las exportaciones de productos lácteos.

Uruguay exporta anualmente US\$ 377 millones en productos cárnicos y US\$ 150 millones en lácteos. Las exportaciones de carne representan el 20% de todas las ventas al exterior. El 27% de las exportaciones de carne tiene por destino los países de América del Norte (Estados Unidos, Canadá y México), en tanto un 14% va a Israel, 10,6% a Brasil y 4% a Argentina. (*El Observador* 26.10.00)

Uruguaios diz que a aftosa é brasileira

O resultado da sorologia do sangue dos animais contaminados com febre aftosa no Uruguai indicou a incidência do vírus 'O', o mesmo que atacou o gado em Jóia (RS) e no Paraguai. Assim, ficou praticamente comprovado que a doença veio do Brasil, afirmou o diretor de sanidade animal do Ministério da Agricultura e Pesca uruguaios, Hipolito Tapie.

Para afastar a possibilidade de proliferação, o governo uruguaios conclui hoje o sacrifício de 5,7 mil animais na zona de risco. (*Gazeta Mercantil*, 27.10.00)

[regressar](#)

RELAÇÕES EXTERNAS



Preocupación del Mercosur

Los países del Mercosur plantearon ayer su "gran preocupación" por la situación de Perú y advirtieron sobre cualquier intento antidemocrático. En un comunicado, reiteraron su confianza en la OEA, que ha brindado "asistencia a las fuerzas políticas peruanas en el encauzamiento de una transición pacífica y democrática". (*La Nación*, 27.10.00)

Regimes automotivos são questionados na OMC

A existência de regimes automotivos, com restrições a investimentos estrangeiros para encorajar a indústria local, começa a provocar disputas na Organização Mundial de Comércio (OMC). Os Estados Unidos e a União Européia (UE) pediram esta semana a abertura de panels (comitê de investigação) contra as Filipinas e a Índia, causando forte reação de outros países.

Japão, Malásia, Argentina, Paquistão, México e Indonésia apoiaram a Índia e as Filipinas, sublinhando que europeus e americanos deveriam ter esperado o fim das negociações no Conselho de Bens da organização sobre prazo de extensão para os países eliminarem Medidas de Investimento ligadas ao Comércio (TRIMs em inglês). Os EUA reagiram dizendo que um pedido de extensão não podia ser usado para não cumprir o acordo da OMC.

O prazo para eliminar medidas restritivas a investimentos expirou em 1o. de janeiro, mas oito países - Argentina, Filipinas, México, Colômbia, Malásia, Paquistão, Romênia e Chile - pediram período adicional, para manter seus regimes automotivos. As negociações, porém, estão bloqueadas. A UE acenou com prazo de dois anos, que na verdade seria de um ano porque a extensão começaria em janeiro de 2000, mas a proposta não foi oficializada.

A Argentina, que pediu mais sete anos para manter seu regime automotivo, informou no Conselho de Bens que tem mantido consultas com outros países interessados, inclusive nas capitais. Outros parceiros comerciais se indagam sobre o perfil do regime do Mercosul que, a princípio, não teria TRIMs - afora algumas exceções.

A decisão dos EUA e da UE de questionar a Índia e as Filipinas na OMC certamente não facilitará as discussões sobre uma nova rodada global de negociações. Essa é a questão mais importante na organização, hoje. E só começará a ser resolvida se os países países em desenvolvimento obtiverem alguma satisfação no pacote para atenuar a implementação de acordos negociados na Rodada Uruguai. Um dos pontos de negociação é justamente tratamento mais flexível nas regras sobre investimentos para países em desenvolvimento. Como um pacote sobre implementação, previsto para dezembro, parece um simples cosmético, fica o sentimento de que o desbloqueio na OMC vai demorar. (*Gazeta Mercantil*, 27.10.00)

OMC vive a pior crise desde a sua criação

A Organização Mundial do Comércio (OMC) passa por um de seus piores momentos desde sua criação em 1995. A falta de recursos ameaça os trabalhos da entidade e não há qualquer esperança de que os países membros entrem em acordo para a realização de uma nova rodada de negociações comerciais nos próximos meses. Para complicar a situação, a OMC não consegue sequer um local para a realização da Conferência Ministerial, em novembro de 2001, quando a Rodada do Milênio seria supostamente lançada. No início da semana, o governo do Catar informou ao diretor-geral da OMC, Mike Moore, que estava retirando sua candidatura para sediar o evento. O problema é que nenhum outro país se ofereceu para promover a conferência. Até mesmo a cidade de Genebra, sede da OMC, já deixou claro que não poderá realizar o principal encontro da OMC e que ocorre apenas a cada dois anos. A prefeitura alega que já não há vagas nos hotéis da cidade para hospedar os delegados de 139 países na data estabelecida pela organização. Boa memória - Para funcionários da OMC, os acontecimentos da última conferência, em Seattle, no ano passado, ainda estão muito presentes nas mentes das delegações. Os enfrentamentos entre manifestantes e a polícia local chegaram a colocar o cargo do prefeito da cidade americana em perigo e, por diversas vezes, os negociadores dos países não puderam chegar ao local das reuniões. "Com a falta de perspectiva sobre o sucesso da rodada, nenhum país quer se associar a uma imagem de fracasso", explicou um diplomata brasileiro. (*Estado de São Paulo*, 25.10.00)

OMC examina política brasileira

A política e as práticas comerciais do Brasil serão atentamente examinadas na segunda e quarta-feira próxima pelos outros 138 países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra. A evolução da política comercial brasileira desde sua última apreciação, em 1996, certamente receberá uma avaliação positiva. Tanto mais que desde então as principais potências comerciais - Estados Unidos, União Européia e Japão - acumularam superávit de quase US\$ 20 bilhões na balança bilateral com o País, como observa um negociador.

Mas o exame no Trade Policy Review Body (PTRB) serve para os parceiros comerciais aproveitarem para voltar a insistir em pedir esclarecimentos sobre uma série de práticas que afetariam as importações. Estarão na pauta questões que estiveram em discussões com outros países nos últimos dois anos, como licença de importação, valoração aduaneira, proteção à Marinha Mercantil nacional, subsídios à exportação. (*Gazeta Mercantil*, 26.10.00)

Em discussão as tarifas agrícolas

Os países começam a delinear suas propostas sobre o mecanismo para reduzir as tarifas agrícolas num futuro acordo na Organização Mundial de Comércio (OMC).

A União Européia quer usar nas negociações a mesma fórmula utilizada em 1993 na Rodada Uruguai, que previa redução em 15% por produto e em 36% na média. Por sua vez, o Grupo de Cairns, que inclui os países do Mercosul, propõe a 'fórmula suíça', pela qual quanto maior a

tarifa, maior a redução tarifária. Os Estados Unidos, defendem 'redução substancial' das taxas, sem entrar em detalhes sobre o mecanismo.

'Propor redução de 15% sobre uma tarifa de 400% não significa nenhuma abertura de mercado', diz um diplomata sul-americano. Por isso o Grupo de Cairns, reunindo 18 países exportadores, insistirá que a fórmula suíça é uma alternativa válida para corrigir a situação atual. (*Gazeta Mercantil*, 26.10.00)

Preocupação com euro e petróleo domina o G-20

Convocada para discutir temas como globalização, pobreza e arquitetura financeira internacional, a reunião do G-20 tratou, principalmente, dos problemas da conjuntura econômica internacional. Dois temas, que vêm dando o tom das incertezas sobre o futuro da economia nos próximos meses e anos, marcaram as conversas: a alta do petróleo e a fraqueza do euro, que ontem atingiu a sua mais baixa cotação desde o lançamento da moeda, em janeiro de 1999.

Logo na abertura dos trabalhos, o economista Michael Mussa, chefe do departamento de pesquisa econômica do Fundo Monetário Internacional (FMI), fez uma exposição, exibindo gráficos, sobre a alta do petróleo e o seu impacto sobre o crescimento mundial.

O secretário do Tesouro americano, Lawrence Summers, reafirmou a posição de manter o dólar forte e sinalizou que os EUA não vêm com bons olhos mais uma intervenção no mercado para valorizar o euro - há cerca de um mês, o G-7, o clube dos sete países mais ricos do mundo, coordenou operação de US\$ 6 bilhões para melhorar a cotação da moeda.

O dólar forte tem ajudado a manter a inflação americana sob controle. O euro, por sua vez, tem se enfraquecido com uma expressiva fuga de capitais da Europa em direção aos EUA, que atravessam o período de maior prosperidade de sua história. O G-7 argumenta que a fraqueza do euro pode afetar negativamente toda a economia mundial. Summers sugere que a União Européia adote políticas que estimulem o aumento de investimentos e o crescimento econômico.

A composição do G-20 não poderia ser mais autorizada para debater a conjuntura econômica mundial e questões estruturais. Integram o G-20 os ministros da Fazenda e os presidentes de bancos centrais do G-7, e das principais nações em desenvolvimento, dentre elas, Brasil, China, Rússia e Índia. São membros também a UE, o FMI e o Bird.

Durante os dois dias de reunião em Montreal, ONGs promoveram protestos contra o G-20, mas o número de manifestantes (400 a 500) ficou muito aquém aos 15 mil que compareceram, em Toronto, à entrevista da escritora inglesa da série best-seller Harry Potter. (*Valor Econômico*, 26.10.00)

[regressar](#)



NOTAS E CORRESPONDÊNCIAS

Candidata petista recebe prefeito de Buenos Aires

A candidata do PT à Prefeitura de São Paulo, Marta Suplicy, recebeu ontem a visita e o apoio do prefeito de Buenos Aires, Anibal Ibarra, que viajou a São Paulo especialmente para encontrá-la.

A candidata viu no gesto uma "torcida da América Latina" por sua vitória e anunciou que, se eleita, a capital Argentina será o destino de sua primeira viagem oficial. "Sinto a repercussão da nossa candidatura. É a torcida da América Latina para que São Paulo seja governada por

uma pessoa democrática", declarou a candidata, afirmando ter com Ibarra os mesmos princípios progressistas.

O argentino é filiado à Frepaso (Frente País Solidário). Foi eleito na coligação de centro-esquerda Aliança -feita com a União Cívica Radical-, que elegeu o presidente Fernando de la Rúa. Ele concordou com a interpretação da petista e anunciou o que chamou de "compromisso de firmar parcerias" com a capital paulista, entregando a Marta documentos sobre a recuperação de áreas degradadas de Buenos Aires, experiência citada por Marta ao falar da revitalização do centro.

Bem-humorada, Marta disse também ter recebido o apoio pessoal do presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva, e afirmou acreditar que vencerá a eleição "com mais de 60% dos votos válidos".

"Os indecisos vão se decidir a meu favor. Essa eleição consolidou a rejeição a Paulo Maluf."

No final do dia, Marta percorreria as divisas da cidade com Diadema, Mauá e Guarulhos, onde há petistas na reta final. (Folha de São Paulo, 29.10.00)

[regressar](#)

Apoio
**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**

Edição

Consultoria Econômica e Social Integrada